

Vereador de Mauá vai à Justiça contra ISS menor para Suzantur

Sargento Simões move ação popular na qual pede que desconto de 50% no tributo, concedido pela Prefeitura, seja anulado e alíquota volte a 4%

WILSON MOÇO
wilsonmoco@dgbabc.com.br

A decisão da Prefeitura de Mauá de conceder desconto de 50% na alíquota de ISS (Imposto Sobre Serviços) à empresa que opera o sistema de transporte público na cidade, a Suzantur, foi parar na Justiça anteontem, quando o vereador oposicionista Sargento Simões (Podemos) protocolou ação popular na qual pede a anulação da medida. O projeto do Executivo que autorizou a redução da alíquota de 4% para 2% foi aprovado pela Câmara em primeira e segunda votações no dia 18 de novembro, com votos favoráveis de 21 dos 23 vereadores – Sargento Simões e Admir Jacomussi (Patriota) foram os únicos contrários à proposta.

Com a medida, a administração abre mão de receita da ordem de R\$ 3 milhões ao ano. A própria Prefeitura confirma que a renúncia fiscal mensal, a partir desse benefício, alcança cerca de R\$ 240 mil. A justificativa apresentada pelo governo no projeto enviado aos vereadores foi a

de que a empresa de ônibus foi impactada pela pandemia da Covid-19, com redução no número de passageiros, que teria causado a queda de arrecadação da companhia. Daí a necessidade de reequilíbrio financeiro.

Quando da aprovação do projeto, porém, a administração deu outra justificativa ao Diário, inclusive como resposta a questionamentos de parlamentares sobre a decisão não beneficiar outras empresas de Mauá, que também sofreram com a pandemia. "Após diversas rodadas de negociação, concluiu-se pela redução da alíquota do ISS como forma de garantir o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (da Suzantur). Em contrapartida, a concessionária deve cessar a demanda judicial, evitando, assim, novos bloqueios financeiros e eventuais indenizações futuras". Nada disso constava no projeto enviado à Câmara.

Conforme Sargento Simões alega na ação em que pede a anulação do desconto e a volta da cobrança da alíquota de 4%, a justificativa da Prefeitura sobre o acor-



METADE. Suzantur tem o benefício de pagar apenas 2% de tributo

do com a Suzantur não procede, "considerando que não há documento que comprove o acordo realizado entre as partes, e tampouco a extinção dos processos mencionados (da empresa contra o Paço), que ainda estão em andamento", cita em trecho do documento.

Argumenta ainda que a

medida causa prejuízos à administração devido à "renúncia fiscal irregular" de aproximadamente R\$ 8 milhões em três anos (2022, 2023 e 2024). "Isso chama-se improbidade administrativa, e lá na frente pode dar cassação de mandato (do prefeito Marcelo Oliveira, PT), inelegibilidade de oito anos, e há quem



SIMÕES. Contra o benefício

entenda que pode dar até privação de liberdade (prisão)", disse ontem Sargento Simões, que havia apresentado requerimento na Câmara convocando o chefe do Executivo a dar explicações sobre a questão. A proposta foi derrubada pela bancada de apoio ao governo.

Com relação ao requerimento de convocação do prefeito, o chefe de Gabinete da Prefeitura, Helcio Silva, argumenta que não tem fundamento o que o parlamentar elencou no documento, tendo em vista que o "prefeito

tem autonomia, com a aprovação do Legislativo, para alterar alíquotas dos impostos municipais", para mais ou para menos. "Então, o processo é tranquilo, já foi aprovado, inclusive com o parecer da Comissão de Justiça (da Câmara), da qual o vereador (Simões) é membro. Mas o vereador é candidato a deputado federal e faz a política dele. Então, a redução, aprovada pela Câmara, está devidamente regularizada e não há nenhum questionamento com relação a isso", comentou.

Quanto à ação popular impetrada pelo parlamentar, Helcio Silva usa o mesmo argumento de que o prefeito tem a prerrogativa de alterar alíquotas de tributos e, desde que o projeto tenha aval da Câmara, a medida está valendo e não "tem base para questionamentos". "Não conheço o teor da ação, mas, por óbvio, é autonomia do Poder Executivo, com autorização do Legislativo, fazer alteração de alíquotas, seja reduzindo ou aumentando", disse o chefe de Gabinete.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3